

A Barragem do Castanhão e sua Importância Sócio- econômica para Jaguaribara e o Estado do Ceará

Autores:

**Heloísa de Aquino
Câmara** - Mestre em
Planejamento em
Políticas Públicas

**Francisco Horácio da
Silva Frota** – Doutor
em Sociologia –
Universidade de
Salamanca

INTRODUÇÃO

A bacia do Rio Jaguaribe ocupa as partes meridional e oriental do Estado do Ceará, compreendendo uma área de 72.440km². O Vale do Jaguaribe está situado em uma região semi-árida, com pluviosidade irregulares, associadas a elevadas taxas de evaporação. A pluviometria é irregular tanto no período anual como no inter anual, mas, no entanto, é relativamente elevada para uma região semi-árida, com uma precipitação média situando-se entre 550 a 700mm/ano.

Até 1980, o Rio Jaguaribe era considerado o maior rio seco do mundo, pois suas águas fluíam apenas em um período de quatro a seis meses em cada ano. Nos anos de seca praticamente não havia o caudal que caracteriza todo e qualquer rio. Com a construção do açude Orós, em 1960, e com instalações de equipamentos hidráulicos em 1980, foi possível “perenizar” o Rio Jaguaribe tornando-o permanente ao longo de mais de 300km.

Na bacia do Rio Jaguaribe estão situados alguns dos maiores açudes do Nordeste como o Orós, Banabuiú, Pedras Brancas e o Castanhão, além de muitos outros menores, como Poço do Barro, Quixeramobim, Trussu, Várzea do Boi, Lima Campos, Riacho do Sangue e Santo Antônio de Russas. Estima-se que em toda a bacia do Rio Jaguaribe existem cerca de 8.000 açudes, a grande maioria constituída por pequenos barreiros.

A importância desse Rio para o Estado do Ceará é imensurável, a sua bacia domina a metade do território cearense, onde se concentra no baixo vale, 70% das terras irrigáveis e onde enchentes periódicas atingem diretamente cerca de 250.000 pessoas, acentuando ainda mais os prejuízos econômicos e traumas sociais. Com a construção da Barragem do Castanhão espera-se a viabilização da irrigação e a proteção contra inundações entre outros benefícios.

A questão dos recursos hídricos é fundamental para a estratégia de desenvolvimento sustentável da economia cearense, pois a água é o grande fator limitante para o desenvolvimento do Ceará.

A Barragem do Castanhão é um elemento central da política estadual de águas que visa superar a vulnerabilidade das atividades sociais e econômicas, à incerteza quanto a disponibilidade de água, e induzir o uso eficiente da água, como bem econômico escasso.

As autoridades governamentais garantiram que os temas sociais e as questões econômicas de interesse direto das comunidades afetadas deslocadas para outras áreas, com a construção do Castanhão, seriam tratadas adequadamente e as soluções levariam em conta o desejo e as necessidades dessas famílias atingidas. O objetivo maior consiste em utilizar o complexo Castanhão como elemento de transformação da atual realidade de pobreza que caracteriza sua região de influência, forçando a inclusão da população afetada por sua construção, no grupo social, beneficiando com as oportunidades criadas pela nova realidade, decorrente da existência da Barragem.

O Açude Castanhão portanto não deve ser visto como uma obra isolada, mas sim inserida num contexto de um projeto de desenvolvimento de uma região já que suas repercussões econômicas e sociais transcendem inclusive os limites do Vale, gerando um pólo de abrangência que ultrapassará rapidamente as fronteiras estaduais.

O INÍCIO DE TUDO: REPENSANDO O VALE DO JAGUARIBE

O que aconteceu em Jaguaribara repercutiu em outras cidades do Vale do Jaguaribe, onde a experiência da Casa da Memória de Jaguaribara foi muito difundida. Certamente novos frutos ainda surgirão com características próprias, mas resultado da mesma preocupação: quem é o homem jaguaribano?

A construção das múltiplas identidades do jaguaribano é um processo ininterrupto que supõe o conhecimento e a aceitação de um passado nem sempre pacífico e solidário. Nele estão as manchas do sangue indígena e negro, as violências por grupos de pistoleiros, as marcas do latifúndio que nunca se renderam e não se rende. Mas ali também convive o homem religioso, trabalhador, devotado à família e festeiro (Propostas Alternativas – Vale do Jaguaribe – Natureza e Diversidade Cultural- I, 1999).

Até 1985, os jaguaribarenses tiveram sua “vida oculta” na tranquilidade do Vale. De 1985 a 1990, o projeto de construção da Barragem do Castanhão fez da “vida pública” a via-sacra do povo de Jaguaribara. Durante esse período de dúvidas e preocupações porque passavam os jaguaribarenses, foi contratada pelo DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas por meio de procedimento licitatório, uma empresa de consultoria para proceder os Estudos dos Impactos Ambientais e elaborar o RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, a fim de legalizar a construção da Barragem. Esse Relatório teve na sua composição os seguintes tópicos: Introdução; Localização e Acessos; Legislação Ambiental; Diagnóstico Ambiental; O Projeto; Justificativa Econômica e Social do Empreendimento; Plano de Desapropriação; Descrição e Avaliação dos Impactos Ambientais; Plano de Proteção Ambiental; Aspectos Legais e Institucionais; Programa de Implantação da Estação Ecológica; Conclusões e Recomendações.

A medida que os técnicos procediam a análise do RIMA, cresciam as angústias da população por causa da incerteza do futuro, a descrença nas autoridades governamentais, a perspectiva de verem toda a sua cultura, lares, histórico, tudo embaixo d'água.

O RIMA teve a sua conclusão em 1990 e, em seguida foi encaminhado a SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente - CE para análise e expedição da licença de implantação das obras.

Em 04 de dezembro de 1990, aconteceu a 1ª audiência pública sobre a construção da barragem e o conseqüente deslocamento da população para um novo município. Nessa audiência a população elaborou um documento pleiteando várias reivindicações, pontuando que elas antecedessem a construção da Barragem.

Por decisão da comunidade de Jaguaribara, foi realizada uma 2ª audiência pública em 27 de abril de 1992 para reavaliar as pendências contidas na licença prévia nº 03 de 18/03/1991 expedida pela SEMACE ao DNOCS.

Após inúmeros debates com autoridades, estudiosos em hidrografia e meio ambiente, discussões sobre a melhor cota que deveria ser construída a Barragem, nunca deixando de lado a questão sócio-econômica. Mesmo após 27 de julho de 1992 com mais uma Reunião Extraordinária do COEMA-Conselho Estadual do Meio Ambiente, não se chegou a conclusão de uma licença definitiva para início das obras do Castanhão, devido a indefinições e incertezas por parte dos conselheiros.

Finalmente, houve consenso e a licença definitiva para implantação da Barragem Castanhão foi expedida e em 16/11/1995 com a Ordem de Serviço nº 04/DG/DGO(DNOCS). Assim sendo foi autorizado a Andrade Gutierrez S/A, vencedora do procedimento licitatório, Concorrência nº 08/89 DGO/G, iniciar as obras de construção da Barragem do Castanhão.

O COMPROMISSO GOVERNAMENTAL

O Governo do Estado asseverou com o compromisso participativo na implantação da Barragem do Castanhão, de modo a assegurar a justa compensação da comunidade em todas as atividades e, adicionalmente criar as condições para a participação desta nas oportunidades de negócios e progresso decorrentes do empreendimento. Com esta finalidade, através do Decreto nº 23752 de 18 de julho de 1995, o governo do Estado criou o Grupo de Trabalho Multiparticipativo-GM

para acompanhamento das obras da Barragem do Castanhão, dando ênfase principalmente a relocação da cidade de Jaguaribara e o reassentamento da sua população.

O Grupo de trabalho representativo de todas as comunidades afetadas pela Construção da Barragem teve a seguinte composição:

- 03 representantes do município de Jaguaribara;
- 03 representantes do município de Alto Santo;
- 03 representantes do município de Jaguaratama;
- 03 representantes do município de Morada Nova;
- 01 representante da Secretaria dos Recursos Hídricos;
- 01 representante da Secretaria do Desenvolvimento Urbano;
- 01 representante da Secretaria do Governo;
- 01 representante da Assembléia Legislativa;
- 01 representante do DNOCS.

Também foi instituído o Grupo de Trabalho Interinstitucional do Castanhão – GTI. O papel foi o de coordenar de forma articulada e integrada, no âmbito do Governo do Estado, a elaboração e a implementação dos seguintes planos:

- Plano de Desenvolvimento da área de influência do Açude Castanhão;
- Plano de Estruturação Econômica da Nova Cidade de Jaguaribara;
- Plano de Reassentamento da População Rural e Urbana, afetada diretamente pela implantação do Açude Castanhão.

O GTI foi composto pelos titulares da SEPLAN, SRH, SDR, SEGOV, SETAS, SEDUC, SETUR, SEINFRA, SEAGRI, SESA, SDE e SECITECE.

Ao grupo Multiparticipativo, foram dadas todas as condições possíveis para acompanhar desde o início da construção das obras da Barragem do Castanhão visando o melhor andamento das obras civis e, principalmente a relocação da cidade de Jaguaribara e a transferência de toda a população.

Esse acompanhamento se deu desde 1995, ano da sua criação até 2003 quando todos já estavam devidamente reassentados. A metodologia usada nessas ações consistia de reuniões mensais com todo o grupo e diversas autoridades, técnicos dos mais altos níveis e a participação das comunidades de todos os municípios afetados.

Além da criação do Grupo Multiparticipativo, foi criada uma Secretaria Executiva de apoio pronta para resoluções de dúvidas e outras questões que dificultassem os trabalhos do Grupo. O grupo através da sua Secretaria Executiva tinha o poder de articulação com os órgãos públicos envolvidos, o poder legislativo, o poder municipal, o poder executivo estadual e a sociedade civil.

Foi criada uma comissão de acompanhamento e supervisão das ações necessárias para a construção da barragem do Castanhão com diversas ramificações ou subcomissões tais como: Comissão de Fiscalização da Relocação da População Urbana, Comissão de Fiscalização da Relocação da População Rural, Comissão de Fiscalização das Obras da Barragem do Castanhão, Comissão de Fiscalização da Desapropriação, Comissão de Fiscalização da Relocação da Infra-Estrutura de Serviços e Comissão de Fiscalização das Ações Complementares.

Para se ter uma idéia do trabalho desse Grupão, extraímos trechos do documento literário produzido pelo Eng^o Agrônomo Francisco Pardaillan Farias Lima Castanhão “Do Sonho à Realidade”, 2007.

Das grandes discussões e decisões emanadas do Colegiado, merecem destaque:

-O enfrentamento do problema das desapropriações e indenizações de amplas faixas de terra(mais de 60.000 ha), sempre traumático, e cujo desenvolvimento, desde a criação de uma tabela justa de indenizações, a ordem dos pagamentos, e as suas prioridades, foram decididas no seio do Colegiado.

-Todo o processo de transferência da população foi analisado, discutido e com soluções propostas dentro do Grupo, desde o destino de cada família, passando pela escolha do local da futura moradia e com total sentimento de respeito a cada família impactada nas suas tradições e costumes.

-A participação do redesenho do município de Jaguaribara, o mais atingido pela inundação de terras, o qual, através da ativa participação do Grupo, recebeu terras doadas pelos municípios de Alto Santo, Morada Nova e Jaguaretama, num total de mais de 80.000 hectares. Em parte dessa área hoje se localiza a nova cidade de Jaguaribara, em terras que pertenciam ao município de Alto Santo.

Outra visão do desempenho do Grupão, e de seu papel no acompanhamento do projeto Castanhão, pode também ser vislumbrada pelos três depoimentos a seguir mostrados.

Primeiro, de nossa parte afirma Pardaillan, que desde o primeiro momento, como coordenador da Secretaria Executiva do Grupo Multiparticipativo, vimos o seu nascimento, os seus primeiros passos e o seu processo de amadurecimento que qualificamos de “ A engenharia social do projeto Castanhão”, título de um nosso artigo publicado no jornal O POVO de 29.09.2000, isto é, após mais de seis anos de funcionamento do grupo.

Alguns trechos do referido artigo são transcritos a seguir:

“ O Grupo Multiparticipativo para o projeto Castanhão foi criado por decreto do governo estadual e encontra-se em funcionamento efetivo há mais de seis anos, precedendo ao início das obras do açude Castanhão. Nele juntaram-se os promotores do projeto e a sociedade civil, representada pelo poder municipal dos

quatro municípios diretamente envolvidos, e as mais diversas representatividades das comunidades locais. Criou-se, então, um fórum para discutir, de forma descentralizada as questões do projeto Castanhão. Nesse exercício de cidadania, todos se aperfeiçoam (poder público e sociedade civil), tentando compreender que não existe espaço para mais promessas da parte do poder público, e para exigências descabidas e inexeqüíveis de alguns segmentos da sociedade civil”.

E prossegue a Artigo:

“ Nesse colegiado tudo se discute sobre o projeto Castanhão, tendo hoje os seus conselheiros a plena consciência de que ele é o desaguadouro de todas as dúvidas, questionamentos, angústias provocadas por esse grande projeto no seio da sociedade, porém é, ao mesmo tempo, o nascedouro das soluções dos mais diversos problemas. Esse processo de cidadania foi construído pouco a pouco, enfrentando momentos difíceis de incompreensão e resistência, tanto de representantes do poder público, como da sociedade civil. Hoje, o seu trabalho é, de forma gratificante, reconhecido além das fronteiras do Ceará, e mesmo do Brasil. Todo um conjunto de obras vem sendo construído com respeito e cidadania, procurando-se amenizar os aspectos negativos na cultura de um povo que, em benefício do bem estar futuro de muitos, está sendo retirado, com toda a dignidade, do lugar onde nasceu”.

E finaliza o Artigo:

“ Neste momento em que um dos desafios do Projeto está sendo concretizado – a mudança da população urbana – temos a certeza da satisfação de todos os conselheiros do Grupão de terem contribuído para todo esse processo de mudança de domicílio, mas, principalmente, de crescimento da cidadania”.

Em seguida, o depoimento da Irmã Bernadete, Conselheira do Grupo em toda a sua jornada, que dentro de sua ótica cristã, mas com forte poder de defesa, particularmente dos mais desprotegidos, teve uma atuação marcante em todo esse processo.

Sobre o desempenho do Grupo Multiparticipativo, Irmã Bernadete assim se expressa:

“ No início do ano de 1985, a população de Jaguaribara tomou conhecimento de que seu município seria invadido pelas águas de uma grande barragem que seria construída no município vizinho – Alto Santo. Imediatamente o Prefeito Francisco Holanda Guedes comunicou à população e iniciou os primeiros entendimentos com as autoridades competentes para obter informações sobre as características da obra e suas conseqüências para a população. Convocou os representantes das várias instituições e categorias – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Lideranças das CEBs(Comunidades Eclesiástica de Base), Comerciantes, Educadores, Estudantes, Domésticas, etc – para, organizados, enfrentarmos o que fosse preciso.

Outro depoimento sobre o papel do “Grupão” na implementação das obras e ações do Projeto Castanhão, foi obtido da Conselheira Luíza de Marilac Ximenes Cabral, que participou no Grupo, de todo o processo de discussão e implantação da nova cidade de Jaguaribara.

Marilac assim se expressa:

“Participei, como Conselheira do GT Castanhão, representando de início a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDU e, em seguida, a Secretaria da Infra-Estrutura – SEINFRA, responsáveis, dentro do contrato firmado entre o DNOCS e o Governo do Estado, pelo reassentamento da população urbana atingida pelas obras do Açude Castanhão.

As Reuniões Ordinárias mensais e as Reuniões Extraordinárias foram sempre um espaço participativo de discussão e tomada de decisões, que refletiam-se em definição e correções de rumo no planejamento e construção da nova cidade de Jaguaribara. Eram reuniões por vezes difíceis, onde tinham de ser conciliados diferentes interesses da população atingida e questões de ordem técnica.

De início, apresentou-se, para minha atuação, uma dificuldade fundamental: a obra do barramento havia sido iniciada, encontrava-se com um andamento normal e a cidade engatinhava no seu processo de planejamento. Era difícil fazer a população entender que os cronogramas seriam compatibilizados e que a etapa de planejamento tinha que ser necessariamente lenta para que fosse ampliada a margem de acerto na construção de uma cidade capaz de satisfazer aos anseios de seus futuros moradores.

Em várias ocasiões ouvia-se o que não se queria ouvir, porque, como foi expressado em uma reunião de uma faixa empunhada pelos moradores de Jaguaribara, “A BARRAGEM ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA E A CIDADE PRECISA DA CONSTRUÇÃO”. As reuniões do “Grupão”, como era popularmente denominado, eram, então, muitas vezes, marcadas por agressividade. Era a população utilizando seu direito de reivindicar e manifestando sua descrença em que o processo de construção do Complexo Castanhão fosse diferente do que já havia sido feito até então.

A credibilidade foi conquistada aos poucos. Apresentou-se o Plano Urbanístico da nova cidade de Jaguaribara, pela primeira vez, neste grupo, depois é que foi levado à discussão na comunidade. As pessoas achavam bonito, mas “era só papel”.

A partir do início das obras, houve uma mudança no comportamento dos representantes da população no GM e dos próprios participantes das reuniões. Passou-se a reivindicar qualidade, melhoria nas condições em que viviam no seu local de origem, novos equipamentos urbanos. Algumas discussões foram travadas principalmente por incompatibilidade entre algumas das solicitações da comunidade e questões de ordem técnica. Foi exemplar a discussão sobre o tamanho dos lotes residenciais da nova cidade de Jaguaribara. Os moradores, e alguns de seus representantes, queriam lotes com tamanho incompatível para uma

cidade e mais adequados a uma área rural. Chegou-se a uma solução de consenso, e os lotes foram definidos.

Foi um período de aprendizado, rico em exercícios de negociação e fundamental para os resultados alcançados. A nova cidade de Jaguaribara é fruto, em boa parte, das reuniões do GM Castanhão. O ambiente era propício a participação popular e a articulação interinstitucional tão importante para a construção de uma cidade”.

O EMPREENDIMENTO

O Açude Castanhão como obra de engenharia apresenta as seguintes características:

- **Uma barragem mista de terra e concreto compactado a rolo (CCR) com:**

-Altura máxima de 60 metros;

-Comprimento na parte superior(ou “crista”) de 3.400 metros;

-Extensão do trecho em CCR de 640m e um volume de 943.127,49m³ de concreto compactado a rolo(CCR);

-Extensão do trecho de terra do maciço principal de 2.750m e um volume de solos de 4.244.954,25m³;

-Nove diques auxiliares, com 4.205m de comprimento e 427 mil metros cúbicos de volume de terra.

- **Um lago artificial, com as seguintes dimensões:**

-Quarenta e oito quilômetros de comprimento, na sua maior extensão;

-Área inundada de 32.500 ha na cota 100 de operação normal;

- Área inundada de 60.000 ha na cota da cheia máxima provável;
- Volume “morto” de 250 milhões de metros cúbicos;
- Volume útil de 4,2 bilhões de metros cúbicos(Cota 100);
- Volume extra de 2,3 bilhões de metros cúbicos entre as cotas 100 e 106 para controle de cheias;
- Volume máximo de 6,8 bilhões de metros cúbicos na cota 106.

A VIABILIDADE DO EMPREENDIMENTO

Nas economias mais adiantadas, desenvolveram-se instituições e políticas de recursos hídricos capazes de assegurar o uso eficiente e justo da água, assim como foram realizados os investimentos para garantir a disponibilidade da água em quantidade e qualidade necessárias para as atividades produtivas e para o abastecimento à população.

No Brasil em geral, no Nordeste e no Ceará, em particular, a água é tratada como se fosse um bem livre e inesgotável. Desde 1987, no âmbito da nova estratégia para o desenvolvimento do Ceará, está em implantação uma política de águas com a realização de estudos e planos e com a criação de entidades e instrumentos, visando os seguintes objetivos:

- Superar a vulnerabilidade das atividades sociais e econômicas à incerteza quanto à disponibilidade de água;
- Induzir o uso eficiente da água, como um bem econômico escasso;
- Maximizar a oferta d'água mediante o aproveitamento de todas as fontes superficiais e subterrâneas, bem como de águas importadas de outras bacias, por ocasião dos anos críticos;

- Induzir a eficiência e eficácia nas atividades usuárias d'água, particularmente na agricultura irrigada e no saneamento básico.

A construção da Barragem do Castanhão foi inserida como uma prioridade na política de águas do Ceará, sendo um elemento central na gestão integrada das principais bacias, tanto do Nordeste como do Ceará. No âmbito do Vale do Jaguaribe, ao longo do Rio, no sentido das suas nascentes em direção a sua foz, o Castanhão é a última opção de represamento e administração das águas, que depois se perdem no oceano. Não há alternativa à barragem que possa evitar o desperdício destas águas, atualmente fora das possibilidades de gestão e aproveitamento. Cabe recordar o papel central da água na criação das pré-condições para o desenvolvimento sustentável do Ceará e para a região do Vale do Jaguaribe.

SÍNTESE DOS IMPACTOS POSITIVOS

Principais benefícios decorrentes da construção da Barragem do Castanhão:

- Viabilizar a irrigação de cerca de 40 mil ha de solos irrigáveis;
- Proteger das inundações cerca de 25 mil ha de várzeas irrigáveis;
- Proteger das inundações o Baixo Vale, que em 1974 e 1985 teve mais de 200 mil pessoas desabrigadas em decorrente de uma grande cheia;
- Permitir e assegurar, mesmo em anos críticos, o abastecimento de água a Região Metropolitana de Fortaleza e a população urbana e rural do Baixo Vale;
- Permitir a garantia da complementação do abastecimento de água do complexo portuário industrial do Pecém;
- Permitir o desenvolvimento da pesca, de atividade recreativas para a população e o turismo;

- Permitir a geração de 22,5 mw de energia elétrica;
- Permitir a implantação de um sistema de gestão integrada das principais bacias do nordeste semi-árido, em geral, e do Ceará, em particular;
- Estabelecer as pré-condições para o surgimento de um grande pólo agro-industrial, com a conseqüente interiorização do desenvolvimento e melhor distribuição das atividades produtivas e da população no território cearense.

SÍNTESE DOS IMPACTOS NEGATIVOS

Principais impactos negativos derivados da construção do Açude Castanhão:

- Relocação da cidade de Jaguaribara;
- Reassentamento da população rural da área inundada e da área atingida pelas obras civis, o que implica no deslocamento das pessoas residentes nos municípios de Jaguaribara, Jaguaretama, Jaguaribe e Alto Santo;
- Inundação de extensa área, sendo, nos anos normais, coberta uma área de 32.500 ha e, por ocasião da enchente máxima provável, a área coberta poderá atingir até 60.000 ha;
- Desmatamento destas áreas a serem inundadas, ocupadas predominantemente por vegetação típica da caatinga nordestina, apresentando diferentes níveis de degradação, pois foram desmatadas várias vezes ao longo das últimas décadas;
- Remoção da infra-estrutura existente na área inundada;
- Geração de tensão social, decorrente da desapropriação de extensas áreas;

- Impacto social e cultural decorrente da mudança na vida e na rotina da população deslocada, da interrupção das atividades sociais e produtivas e, da necessidade da remoção de cemitérios, de marcos históricos e de construções antigas perpetuadas na memória das pessoas.

O CANAL DA INTEGRAÇÃO

Os benefícios econômicos e sociais previstos com a disponibilidade de água estocada na Barragem Castanhão somente se efetivarão em uma ampla área de abrangência com a movimentação de suas águas, gerando riquezas através dos seus múltiplos usos e benefícios proporcionados.

O Governo do Estado objetivando a sua melhor utilização, distribuindo benefícios para quase três milhões de habitantes, implantou um grande canal de distribuição de água ligando o Açude Castanhão a Fortaleza e ao Complexo Portuário Industrial do Pecém, com uma extensão de mais de 250 km.

Esta grande obra considerada como o “Castanhão em Movimento”, recebeu a designação de Canal da Integração em face do seu papel de unir pelas águas do Ceará quase a metade da sua população.

As obras do Canal da Integração compreendem basicamente:

- Uma estação de bombeamento na Barragem Castanhão(oito bombas com vazão total de 22 m³/s);
- 156 km de canais com uma vazão máxima de 22m³/s;
- 98 km de adutoras com 2,5 m de diâmetro;
- 1,1 km de túnel

QUESTIONAMENTOS DA BARRAGEM DO CASTANHÃO

As restrições à oportunidade da construção da Barragem do Castanhão foram frutos de duas questões centrais: o tamanho do reservatório e a concentração dos impactos negativos.

O tamanho do reservatório foi objeto de muitos estudos, teses, seminários, discussões e audiências públicas. Em síntese, o tamanho do lago formado pelo Castanhão reflete exatamente a importância dos benefícios para a população e a economia do Ceará. Uma alternativa de menor porte (cota 80), que não inundasse a cidade de Jaguaribara, não teria quase nenhum controle das cheias e regularizaria apenas 10 metros cúbicos por segundo, o que acumularia o cerne da expectativa cearense quanto ao impacto do Castanhão na criação das pré-condições para o desenvolvimento sustentável do Ceará. Os principais benefícios da Barragem do Castanhão não estariam presentes nas alternativas de um empreendimento de menor porte.

A concentração dos impactos negativos decorrentes da construção da Barragem se contrapõe a uma ampla disseminação de seus benefícios econômicos e sociais. Para uma população de cerca de 12 mil pessoas dos municípios afetados, impactados pela construção da Barragem do Castanhão, existe uma população superior a dois milhões de pessoas, dispersas no Baixo Vale e na Região Metropolitana de Fortaleza que está sendo beneficiada.

Este questionamento foi reforçado pelo temor de ser repetido, no caso específico do Castanhão, a conduta do setor público observada em muitos empreendimentos similares. Infelizmente, há exemplos onde a administração e o recursos públicos estiveram mais atentos as obras civis que a questão ética de compensação das perdas da população impactada pelo empreendimento.

DIVISÃO DE RESPONSABILIDADE

O Governo do Estado do Ceará em convênio com o DNOCS desenvolveu ações destinadas a viabilização da execução das obras da construção do Açude Castanhão.

Ao DNOCS coube a construção da barragem e demais obras conexas. O DNOCS como entidade federal atuante na região semi-árida do Nordeste já realizou empreendimentos semelhantes e teve a missão institucional de construir e operar os reservatórios estratégicos em cooperação com os governos estaduais, responsáveis pela operação e construção de reservatórios de menor porte.

Ao Governo do Estado coube a responsabilidade pelos serviços e investimentos diretamente ligados ao bem estar da população e, as ações inerentes aos impactos sociais e econômicos tais como a remoção da população de Jaguaribe e de outros núcleos urbanos, bem como da população rural.

A RELOCAÇÃO DA NOVA CIDADE E O REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO

Inevitavelmente, a construção da Açude Castanhão ensejou a necessidade da relocação da cidade de Jaguaribara, devido a inundação da mesma pelas águas do reservatório. Em 12 de setembro de 1995 foi composta uma equipe formada por 02 arquitetos e uma socióloga com a finalidade de esboçar a primeira proposta urbanística para a criação da nova cidade de Jaguaribara.

A localização deveria ser escolhida pela comunidade a partir das informações do “**Estudo de Alternativas de Localização da Nova Cidade**”, elaborada pela equipe com acompanhamento institucional do DNOCS, onde foram colocadas as vantagens e desvantagens de cada uma das alternativas estudadas.

Estes estudos enfocaram os aspectos referentes a acessibilidade, condicionantes geológicos e topográficos, disponibilidade hídrica, proximidade relativa às redes elétricas e telefônicas, proximidade relativa a atividades econômicas potenciais e, custo de implantação.

Estudos preliminares apresentaram seis alternativas potenciais, as quais devidamente avaliadas foram submetidas as opiniões da comunidade envolvida.

Paralelamente ao estudo de alternativas foi elaborado um cadastro urbano de caráter quantitativo e qualitativo, promovendo o levantamento das tipologias das edificações existentes em Jaguaribara (residenciais, de serviços, institucionais), de caráter simbólico e de utilização dos espaços públicos, do número de famílias ocupantes de imóveis, sua composição, condição de propriedade, atividade econômica, etc.

Todos esses serviços preliminares foram considerados no processo de definição dos projetos das edificações e dos espaços públicos, assegurando-se as relações de vizinhanças e preservando-se o caráter simbólico de relação entre os espaços públicos e privados.

As perspectivas de crescimento e de ocupação da nova cidade foram consolidadas em um Plano Diretor concretizando o processo de uso e ocupação do solo compatibilizado com a infra-estrutura projetada. A elaboração da tabela de desapropriação contou com concursos de representantes das comunidades e levou em conta as tipologias registradas.

Concluído o cadastro, o valor global dos imóveis foi depositado em juízo para garantir a atualização monetária das desapropriações enquanto se processava a regularização específica.

A cada proprietário do imóvel deu-se a opção entre o recebimento do valor estipulado ou de uma edificação similar na nova cidade.

Em relação aos estudos preliminares para a localização da nova cidade de Jaguaribara, das seis propostas apresentadas foram definidos alguns fatores condicionantes que influíram decisivamente na seleção da alternativa adequada, tais como, fácil acesso aos municípios vizinhos e a BR, geologia, relevo, solos, recursos hídricos e vegetação.

Por sua vez, a abordagem do potencial econômico expôs, para cada alternativa, as condições existentes no local que poderão possibilitar o crescimento econômico e social da nova cidade.

Após vários debates e discussões em reunião do Grupo Multiparticipativo e nas localidades selecionadas, os estudiosos do assunto com o aval da comunidade optou pela alternativa nº 05 por apresentar uma série de vantagens, superando com destaque as desvantagens mencionadas, como se vê a seguir:

VANTAGENS

- Totalmente assentada sobre um tabuleiro sedimentar, apresentando solos profundos, com textura arenosa/média e boa drenagem, com características favoráveis a instalações de núcleos urbanos.
- Solos profundos com boa permeabilidade, constituindo exceção uma pequena mancha de plano-solos, bastante propício para a locação de sistema de esgotamento sanitário, cemitérios e aterros sanitários.
- Terreno elevado não sujeito a risco de inundações e, contando com uma bela visão panorâmica tanto em relação ao vale do Rio Jaguaribe, como do Açude Castanhão.
- Abastecimento d'água facilitado pela presença do Açude Castanhão bem próximo, não apresentando grandes desníveis de altitudes em relação ao mesmo, evitando o encarecimento de bombeamento da água.
- Recursos hídricos subterrâneos, representado por aquíferos sedimentares, pertencentes ao grupo Barreiras, com médio potencial hidrogeológicos.

- Potencial econômico alto, representado pelo desenvolvimento da agricultura irrigada e pela exploração das atividades pesqueira e turística proporcionada pelo Açude Castanhão.

DESVANTAGENS

- A área está situada em terras pertencentes aos municípios de Morada Nova e Alto Santo.
- O acesso rodoviário só será permitido através da construção de uma via interligando a área à estrada vicinal que dá acesso ao canteiro de obra do reservatório, a qual requer pavimentação asfáltica. Além disso, faz-se necessária a construção de uma ponte sobre o Rio Jaguaribe.

A RELOCAÇÃO DA CIDADE E O REASSENTAMENTO URBANO

Concluída as etapas da localização do novo município e paralelamente ao andamento das obras do Castanhão iniciou-se os estudos para a construção da nova cidade.

As reuniões do grupo multiparticipativo iam definindo sistematicamente todas as ações para a concretização das obras. Há de se destacar as anotações no “Relatório Síntese de Acompanhamento e Supervisão de Ações Executadas no Projeto Castanhão”, onde se acompanhava a situação atual das obras, valores dos serviços executados, medidas para pagamento da Construtora e, os empregos gerados beneficiando principalmente, os trabalhadores do médio Vale do Jaguaribe.

Dos participantes desse cenário, o Governo Federal institucionalmente com o DNOCS, coube a execução das obras da construção da Barragem do Castanhão, o Cadastro Rural e Urbano das populações dos municípios atingidos e o reassentamento da população rural.

Ao Governo do estado coube minucioso estudo técnico das alternativas da localização da nova cidade de Jaguaribara, o projeto urbanístico, as obras de irrigação dos projetos Alagamar, Curupati e Mandacaru, os projetos pesqueiros, pecuários e turísticos.

Essas obras ficaram a cargo da SDU-Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, posteriormente transformada em SEINFRA-Secretaria de Infra-Estrutura do Estado que continuou tocando os trabalhos os quais foram sendo executadas utilizando-se a mão de obra em grande parte, com o próprio pessoal do Vale, gerando emprego e renda temporária. Todo o trabalho de construção da nova cidade teve o acompanhamento permanente do grupo multiparticipativo, da equipe de técnicos do governo, da associação dos moradores de Jaguaribara e da própria população atingida.

Após a conclusão das obras de construção da nova cidade, iniciou-se o processo de mudança. A população já havia recebido as chaves das suas residências, já sabia da sua localização residencial, comercial e institucional. A inauguração da nova cidade ocorreu oficialmente em 25 de setembro de 2001, com grandes festejos comemorativos, inclusive com a presença do Governador do Estado, Autoridades e Políticos representativos do Estado do Ceará e da própria região do Vale do Jaguaribe.

O REASSENTAMENTO RURAL

Como foi solicitado, coube ao DNOCS a tarefa de proceder o reassentamento da população rural atingida pelas obras da construção do Açude Castanhão.

O DNOCS, através de termos aditivos repassou recursos ao Governo do Estado e solicitou ao IDACE-Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará a realização da tarefa de responsabilizar-se pelo cadastramento e reassentamento da

população rural, o qual desde 1997 foram programadas ações direcionadas ao cadastramento e reassentamento da população rural atingida pela construção da Barragem do Castanhão, ocasião em que se desenvolveu o Plano de Reassentamento Rural do Castanhão, com a mobilização de grande parte da população rural atingida.

AÇÕES FUNDIÁRIAS REALIZADAS

Identificação, cadastramento e avaliação de todos os imóveis rurais situados na área de abrangência da bacia hidráulica da Barragem, elaboração do diagnóstico fundiário, execução da regularização e titulação das posses ou simples ocupações existentes na área atingida, assim sendo, foi efetuado o pagamento de todas as indenizações referentes as desapropriações ocorridas.

O IDACE montou toda uma equipe técnica profissional para com habilidade, através de gráficos georeferenciados, relatórios, plantas gerais e plantas individuais com os respectivos memoriais descritivos, identificou a estrutura fundiária da Bacia Hidráulica do Castanhão, constituída de 1.266 imóveis dos quais, 1.156 são agrupados como pequenas propriedades e o restante 110, como média e grande propriedade que serão total ou parcialmente inundadas pela Barragem do Castanhão.

Com relação ao cadastro e seleção das famílias atingidas os técnicos do IDACE iniciaram o cadastramento nos anos de 1996 e 1997, coletando dados sobre a posição sócio-econômica de cada uma das famílias objetivando através de suas caracterizações, saber quais poderiam ser beneficiadas para serem reassentadas.

As principais informações geraram dados sobre identificação e qualificação do chefe de família; local da residência; relação com o imóvel rural em que residiam ou exerciam suas atividades; participação das famílias em atividades comunitárias e sindicais; participação da família em atividades culturais e lazer;

composição familiar por sexo, idade, relação com o chefe da família, profissão, ocupação principal, nível educacional, fonte e valor da renda; força de trabalho disponível na família; mão de obra empregada por atividade.

Após o cadastramento, as famílias relacionadas foram reassentadas quando atendidas os seguintes critérios:

- 1) Interesse em ser apoiado pelo Governo do Estado nas suas ações de reassentamento;
- 2) Quando indenizado, esta indenização tinha que ser inferior a R\$ 11.800,00(onze mil e oitocentos reais);
- 3) Ter moradia habitual no imóvel desapropriado;
- 4) Não possuir outro imóvel rural ensejando criar condições para continuação do seu trabalho;
- 5) Ser casado ou arrimo de família;
- 6) Ter atividade principal na agricultura;
- 7) Caso a atividade principal não fosse a agricultura, poderia ser reassentado, desde que atendesse as condições anteriores.

Há de se ressaltar que esse cadastramento vem sendo atualizado pelo IDACE para acompanhamento das desistências e adesões que ocorrerem.

A situação das famílias reassentadas na zona rural do município de Jaguaribara encontram-se nos Projetos de Irrigação do Curupati, Alagamar e Mandacaru e no Curupati-Peixe. O Projeto de Irrigação do Curupati situa-se a 25 km da sede do município, pela estrada de rodagem e a 30 minutos pelo lago do Castanhão; contempla 149 famílias reassentadas.

O Projeto de Irrigação Alagamar situa-se a 50 km da sede do município; contempla 114 famílias reassentadas.

O Projeto de Irrigação/Pecuária do Mandacaru situa-se a 6 km da sede do município; contempla 170 famílias reassentadas.

O Projeto Curupati Peixe situa-se no lado oposto do lago do Castanhão; contempla 133 famílias reassentadas.

Outras famílias definidas anteriormente como rurais, as do distrito do Poço Comprido e da Agrovila Mineiro acabaram por serem reassentadas na sede do município.

O IDACE continuou com as tarefas de acompanhamento, assistência as famílias atingidas; execução das transferências das famílias ao seu destino e, manutenção do sistema do geoprocessamento de informações dos projetos de reassentamento rural.

CONCLUSÕES

O novo município de Jaguaribara, idealizado e concretizado a sua relocação em virtude da necessidade da construção da Barragem do Castanhão, após seis anos da sua inauguração, esperava-se que a sua população reassentada estivesse em melhores condições sócio-econômicas.

O conflito em torno da água continua na pauta dos discursos políticos e uma política de qualquer natureza reflete necessariamente a existência de interesses diretos. A adoção de políticas não efetivas para satisfazer demandas populares existentes estão sempre ocorrendo, em face dos beneficiários não possuírem força política suficiente para fazer com que as obras prometidas e planejadas pelas autoridades fossem implementadas.

A situação dos reassentados dos projetos de Irrigação do Curupati, Alagamar e Mandacaru que já esperam pela sua implementação desde a inauguração do novo município, encontra-se de mal a pior de como estavam no município inundado. Apenas o Projeto de Irrigação do Curupati está implementado em sua primeira etapa, beneficiando somente algumas famílias. As outras aguardam a implementação da segunda etapa para terem os seus sonhos

concretizados. Os outros dois projetos encontram-se paralisados a espera de alguma definição por parte das ações governamentais. Enquanto isso, várias famílias estão passando necessidades.

O Projeto Curupati Peixe encontra-se funcionando em toda sua plenitude beneficiando 133 famílias reassentadas, cabendo a cada uma delas o rendimento médio de R\$ 900,00(novecentos reais) a R\$1.200,00(hum mil e duzentos reais).

O Projeto de piscicultura do Castanhão(área urbana) também está em pleno funcionamento beneficiando 128 famílias com rendimento médio em torno de R\$ 1.000,00(hum mil reais), por família.

Dos outros projetos e/ou ações idealizadas,haja vista, as excelentes condições que o município oferece, o turismo ainda encontra-se no compasso de espera de estímulo e incentivo por parte das autoridades competentes.

As pequenas unidades industriais com a fabricação de produtos de limpeza e outros, propiciam alguma renda para um percentual de 4 a 6% da população economicamente ativa.

O artesanato com a fabricação de peças íntimas femininas, toalhas, artigos de couro com subproduto do pescado, também ajuda na melhoria da renda familiar.

Com a realidade do Castanhão e a construção dos vários trechos do canal da integração no Ceará(O Caminho das Águas), o intuito é garantir o bom funcionamento das atividades econômicas e o abastecimento da região metropolitana de Fortaleza, especialmente quando se trata de promessa para acabar com a miséria e a prioridade de levar águas a todo território do Ceará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATAS da 49º, 58º, 68º, 75º, 81º Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Castanhão – 15/03/2000, 20/12/2000, 13/11/2001, 16/07/2002, 19/08/2003 respectivamente.

ATA nº 23 do relatório de Atividades do Grupo de Trabalho do eixo Castanhão RMF, 09/03/2004.

BEZERRA, Evandro – A Terra e a Irrigação no Nordeste. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1996. 116p.

CHACON, Suely Salgueiro – O Sertanejo e o Caminho das Águas: Políticas Públicas, Modernidade e Sustentabilidade no Semi-Árido – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007, p. 354- Série BNB teses e dissertações, nº 08. ISBN 978-85-8706296-3.

LIMA, Francisco Pardaillan Farias – Castanhão: Do Sonho à Realidade. Fortaleza-CE. Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007. pg. 273. ISBN: 978-85-7563-304-5.

REASSENTAMENTO RURAL – Relatório de Atividades. IDACE Projeto Castanhão. Março, 2007-Atualização.

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS – Contribuição da Barragem do Castanhão para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará.